

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Correio Braziliense

[Título: Eletrobras sai do forno](#)..... 8

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Caução de R\$ 250 mil por distribuidoras	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Petrobrás pode levantar R\$ 7,5 bi com abertura de capital da BR.....	3
Título: Notas	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Atratividade Energetica	5
Título: Usiminas mantém reajuste de 25% em aço vendido a montadoras em 2018	5
Título: Oferta de ações da BR Distribuidora terá preço indicativo de R\$ 15 a R\$ 19	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Eletrobras sai do forno.....	8
Título: Petrobras pode arrecadar R\$ 7,5 bi	8
Título: Congresso eleva royalties	9
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Indústria de petróleo e gás debate novas regras	10
Título: Congresso aprova MP dos royalties da mineração.....	12

Título: Destaques	14
Título: Hotéis reduzem custos com eletricidade no mercado livre	14
Título: Usiminas pretende melhorar termos da dívida em 2019	16
Título: Minério de ferro desafia mercado e passa de US\$ 65.....	17

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Caução de R\$ 250 mil por distribuidoras

Interessados pagarão R\$ 30 mil por "data room" de subsidiárias da Eletrobras

Cada uma das seis distribuidoras de energia das regiões Norte e Nordeste (Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima) da Eletrobras a serem privatizadas em 2018 sairá por R\$ 80 mil para os compradores. Além do valor fixo simbólico de R\$ 50 mil por empresa, o interessado terá de pagar R\$ 30 mil para ter acesso às informações reunidas numa sala virtual (data-room) sobre cada ativo. A venda das distribuidoras, por leilão, está prevista para março ou abril do próximo ano.

Os potenciais interessados terão de desembolsar, ainda, mais R\$ 250 mil de caução financeira de renda fixa. Este valor será devolvido 30 dias após o encerramento das salas de informação, funcionando como um mecanismo de segurança contra o eventual vazamento dos dados sigilosos aos quais os investidores terão acesso.

Ontem, o BNDES abriu o data room das seis distribuidoras: Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Boa Vista Energia S.A., Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Companhia Energética de Alagoas (Ceal) e Companhia Energética do Piauí (Cepisa). Haverá também uma sala física em cada uma das distribuidoras para consulta de documentos e informações.

R\$ 7,8 BILHÕES EM INVESTIMENTO

Recentemente, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, afirmou que o valor de cada empresa foi fixado em R\$ 50 mil, porque, além de o vencedor ser aquele que vai oferecer a menor tarifa, assumirá investimentos elevados.

Juntas, as seis distribuidoras vão exigir investimentos de R\$ 7,8 bilhões, dos quais R\$ 2,4 bilhões a curto prazo e os outros R\$ 5,4 bilhões nos próximos cinco anos em melhoria da qualidade dos serviços.

Para conseguir vender essas distribuidoras, a Eletrobras assumirá R\$ 11,24 bilhões em dívidas das companhias. No terceiro trimestre deste ano, as empresas registraram um prejuízo total de R\$ 1,3 bilhão. Em 2016, a perda foi de R\$ 6,5 bilhões. — É muito dinheiro perdido. E levaria mais tempo para se arrumar as empresas. É preciso mais dinheiro, e que nós não temos, para fazer esses investimentos — disse Ferreira recentemente.

O BNDES será o responsável pela execução e acompanhamento do processo de desestatização das seis distribuidoras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Petrobrás pode levantar R\$ 7,5 bi com abertura de capital da BR

Mercado. Valor, que considera o máximo do preço sugerido e a venda de ações adicionais, representaria a maior estreia na Bolsa no País desde 2013, quando abertura de capital da BB Seguridade movimentou R\$ 11,5 bi; operação está prevista para o mês que vem

A Petrobrás poderá arrecadar até R\$ 7,5 bilhões com o lançamento das ações da BR Distribuidora na B3, Bolsa paulista, no mês que vem. A operação de abertura de capital da companhia faz parte do programa de venda de ativos para a redução da dívida de R\$ 280 bilhões da estatal, a maior acumulada por uma petroleira em todo mundo. De acordo com prospecto preliminar publicado pela companhia ontem, para a venda inicial de 25% das ações, a estatal projeta o preço do papel entre R\$ 15 e R\$ 19. A operação envolve ainda a venda de ações adicionais, que pode levar a estatal a se desfazer de 33,75% da sua distribuidora de combustíveis. O valor de R\$ 7,5 bilhões, que considera o máximo do preço sugerido e a negociação de lote suplementar, representaria a maior abertura de capital no Brasil desde 2013, quando a oferta inicial de ações da BB Seguridade movimentou R\$ 11,475 bilhões.

A estimativa da empresa, aprovada pelo conselho de administração e apresentada ao mercado, considera a avaliação de preço feita por um grupo de bancos. O valor da BR vai ser definido, de fato, no dia 13 de dezembro, após 22 dias de apresentações da operação aos investidores, no chamado “roadshow”. Para chegar a essa estimativa de valor da ação, os bancos consideraram uma série de informações da empresa que deve afetar o apetite de possíveis

compradores. Do lado positivo, pesou, por exemplo, o fato de a BR liderar o mercado interno de combustíveis. Em contrapartida, depõem contra ela as denúncias de corrupção na Operação Lava Jato envolvendo sua controladora, a Petrobrás. No mercado, analistas consultados que não quiseram se identificar disseram que a BR deve atrair investidores da Ultrapar, controladora da sua principal concorrente, a Ipiranga. Mas, dentro da empresa, a expectativa é de que o perfil do investidor não seja limitado ao do mercado de combustíveis.

Executivo da cúpula da estatal afirmou ainda ao Estado/Broadcast que a Ipiranga tem apresentado resultados financeiros melhores do que o da BR Distribuidora, embora, em volume de vendas, esteja atrás da estatal. Reação. O mercado reagiu bem ao anúncio. As ações preferenciais da Petrobrás, sem direito a voto, fecharam com alta de 1,32%, a R\$ 16,11. As ordinárias foram negociadas a R\$ 16,50, alta de 0,86%. A fonte da Petrobrás que falou ao Estado ressaltou, porém, que a BR “não é nem de longe” o ativo que mais vai contribuir para que a empresa alcance a meta de se desfazer de US\$ 21 bilhões em ativos até 2018. O valor a ser levantado pela abertura de capital da BR é inferior, por exemplo, ao que a estatal conseguiu com a venda de 90% da rede de gasodutos Nova Transportadora do Sudeste (NTS) – US\$ 4,23 bilhões, pagos por um fundo de investimento gerido pela Brookfield. O valor da oferta da BR também é pouco frente ao tamanho da dívida da petroleira. Entre os administradores da estatal prevalece, no entanto, a percepção de que o principal ganho com a operação será em eficiência de gestão.

O controle da BR continuará sendo estatal. Na tentativa de demonstrar ao mercado que a sua subsidiária passará a ter uma administração compatível à de empresas privadas, a Petrobrás se comprometeu a manter conselheiros de administração independentes na BR. Ainda assim, na cúpula da petroleira há quem duvide de que essa medida será suficiente para garantir as melhores práticas dentro da empresa. Alternativas. Antes de se decidir pela abertura de capital da BR, a Petrobrás cogitou vender uma fatia minoritária da companhia, o que não foi adiante. Em seguida, considerou compartilhar o controle da subsidiária, o que chegou a atrair o interesse de fundos de private equity (que compram participações em empresas) e de rivais, mas a operação também não teve sucesso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Reuters

Título: Notas

Quatro fundos de investimento – dois locais e dois estrangeiros - já garantem a ancoragem da oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês)

» **Ringue.** Na mesma janela vão disputar o dinheiro do bolso dos investidores o IPO da BR Distribuidora e o da Neoenergia. Já a Algar Telecom adiou a oferta para janeiro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Atratividade Energetica

O mercado livre de energia se tornou mais vantajoso em novembro, mas não o suficiente para atrair clientes que são tarifados pelas distribuidoras, segundo a FDR Energia. A comercializadora mede, mensalmente, a viabilidade financeira da migração de usuários menores, e registrou crescimento no índice após cinco meses de queda.

Estados como Goiás, por exemplo, tiveram um reajuste alto da tarifa do mercado cativo e uma redução na de uso do sistema de distribuição, diz Erick Azevedo, diretor da FDR Energia.

"Essa melhora ainda não impactou a migração. Quem está contratando no ambiente livre hoje são aqueles que precisam renovar contratos." A discussão de novas regras do mercado, que poderão alterar a contratação para clientes de menor porte, também tem influenciado, diz Alan Zelazo, da Focus.

"Temos visto um volume reduzido de migrações em 2017. A previsão é de uma melhora a partir de 2019."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Usiminas mantém reajuste de 25% em aço vendido a montadoras em 2018

A Usiminas mantém intenção de reajustar em 25% os preços de aços vendidos para montadoras de veículos do Brasil em 2018 e espera concluir as negociações na segunda quinzena de dezembro, afirmou o presidente da companhia, Sergio Leite, a analistas e investidores nesta quarta-feira (22).

"Estamos negociando com montadoras para trazer os preços para o mesmo patamar da distribuição", disse o presidente da Usiminas.

Ele acrescentou que a Usiminas vê cenário de estabilidade de preços nos próximos meses para os distribuidores de aço do país, após reajustes de cerca de 30% no acumulado deste ano.

As montadoras de veículos consomem cerca de 30% da produção da Usiminas e acertam contratos anuais de fornecimento com a siderúrgica.

A produção de veículos do Brasil subiu 28,5% de janeiro a outubro sobre o mesmo período do ano passado, e a expectativa citada por Leite é de crescimento para 2018.

A companhia segue trabalhando no orçamento para 2018 e por isso não divulgou durante o encontro com analistas e investidores projeção de investimento para o próximo ano. Para 2017, a expectativa é de aplicação de cerca de R\$ 200 milhões.

Segundo o executivo, se a economia brasileira apresentar um crescimento acima de 2,5% para o próximo ano, como está sendo previsto pelo relatório Focus, do Banco Central, a Usiminas poderá pensar em iniciar estudos para a reativação da produção de aço na usina paulista de Cubatão. Porém Leite afirmou que "nada deve acontecer antes de 2020".

A Usiminas desativou a produção de aço em Cubatão em 2016 com expectativa de manter apenas as atividades de laminação da usina por pelo menos cinco anos.

A usina de Cubatão está laminando placas de aço compradas de Ternium Brasil, antiga Companhia Siderúrgica do Atlântico, no Rio de Janeiro, e da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Ceará.

Leite afirmou que a Usiminas compra 100 mil toneladas de placas da Ternium Brasil por mês e pelo menos 35 mil toneladas da CSP por trimestre.

O executivo não deu detalhes sobre a rentabilidade da operação de Cubatão, mas afirmou que a usina gerou lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) em todos os meses deste ano.

Já a usina em Ipatinga (MG) deverá religar alto-forno 1 em abril do próximo ano, o que permitirá à empresa adicionar produção de 600 mil toneladas de placas por ano.

"Temos mais de 400 clientes e esperamos que todos eles voltem a apresentar crescimento em 2018", disse Leite.

Questionado quando a Usiminas voltará a pagar dividendos aos acionistas, o vice-presidente financeiro da siderúrgica, Ronald Seckelmann, comentou que em 2018 não haverá pagamentos relevantes e que a empresa espera retomar a distribuição de lucro aos investidores em 2019.

Por enquanto, a prioridade é reduzir o custo da dívida que empresa renegociou com bancos no final de agosto.

"Queremos sair dessa renegociação de dívida rápida. É uma dívida cara, de três pontos acima do CDI", disse Seckelmann durante o encontro com analistas e investidores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Oferta de ações da BR Distribuidora terá preço indicativo de R\$ 15 a R\$ 19

A Petrobras calcula que as ações da BR Distribuidora serão vendidas no mercado a um preço entre R\$ 15 e R\$ 19, cada uma. Considerando o valor intermediário, de R\$ 17, a arrecadação da companhia com a operação poderá chegar a R\$ 6,515 bilhões.

As projeções foram divulgadas nesta quarta (22), em prospecto da operação apresentado à CVM (Comissão de Valores Mobiliários). A venda de ações da BR é parte do plano de desinvestimentos da estatal, com o qual a empresa espera arrecadar US\$ 21 bilhões até o final de 2018.

No prospecto, a Petrobras admite vender entre 25% e 33,75% do capital da subsidiária, que é líder no mercado brasileiro de combustíveis. A fatia maior inclui a oferta inicial, mais lotes secundário e adicional, que serão lançados de acordo com o apetite dos investidores.

Considerando que os papéis saiam a R\$ 17, a arrecadação da estatal será de R\$ 4,826 bilhões caso a oferta se limite a 25% do capital (ou 291,2 milhões de ações). Se chegar a 33,75% do capital (ou 393,2 milhões de ações), a receita da empresa será de R\$ 6,515 bilhões.

A Petrobras ressalta, porém, que o preço das ações pode ficar abaixo ou acima da faixa prevista no documento, dependendo da resposta dos investidores.

A previsão é que a operação seja realizada em dezembro. O valor de venda das ações será fixado após um procedimento de coleta das intenções de compra por investidores no Brasil e no exterior.

Para investidores não institucionais, o período de reserva vai ocorrer entre 29 de novembro e 12 de dezembro. A eles, será reservada uma faixa entre 10% e 20% das ações oferecidas ao mercado.

A venda de ações da BR é vista pelo mercado como uma das principais operações do plano de desinvestimentos da companhia, que ainda não teve nenhum negócio fechado após a mudança no modelo de venda determinado pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

A oferta foi aprovada pelo conselho de administração da estatal em julho. O objetivo é que a subsidiária seja listada no Novo Mercado, segmento de regras de governança mais rígidas da Bolsa.

A Petrobras voltou a considerar abrir o capital da BR Distribuidora neste ano, com a recuperação da Bolsa. A possibilidade havia sido descartada no ano passado, quando a empresa passou a estudar vender o controle da subsidiária para um parceiro estratégico.

Nos primeiros nove meses de 2017, a BR Distribuidora reverteu uma série de prejuízos e registrou lucro de R\$ 620 milhões, contra perdas de R\$ 367 milhões no mesmo período do ano anterior.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: Eletrobras sai do forno

Entre a posse de Baldy e o jantar no Alvorada, **o ministro de Minas e Energia, Fernando Filho**, assinou o projeto de lei que trata da remodelagem da Eletrobras. Um dos pontos de destaque é a possibilidade de os interessados abaterem os encargos, como a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O ministro calcula que em 2019 será possível uma energia mais barata para o consumidor.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras pode arrecadar R\$ 7,5 bi

A venda da BR Distribuidora poderá render até R\$ 7,5 bilhões à Petrobras caso haja demanda por todos os lotes de ações e os papéis sejam cotados na faixa

mais alta de preço, estimada entre R\$ 15 e R\$ 19, de acordo com os analistas. A estatal anunciou ontem que protocolou, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os documentos relacionados à oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias da subsidiária, em complementação aos fatos relevantes divulgados em 28 de setembro e 16 de outubro.

O preço de venda das ações, porém, somente será fixado após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, conforme acordo na data de precificação da oferta. Em nota, a Petrobras esclareceu ainda que “a referida oferta está sujeita à concessão dos registros pela CVM e às condições de mercado”.

O lote inicial colocado à venda corresponderá a 25% das ações da BR, ou 291,25 milhões de papéis. Mas a estatal considera a oferta de um lote suplementar de 15% do total disponibilizado inicialmente, ou 43,7 milhões de ações. Há previsão ainda de uma colocação adicional de 20% do volume inicial. Caso todos os lotes sejam negociados, a Petrobras venderá uma participação de 33,75% da BR Distribuidora.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Bernardo Bittar

Título: Congresso eleva royalties

A medida provisória que aumenta o valor da Compensação Financeira sobre Exploração Mineral (Cfem) — taxa paga pelas mineradoras aos estados e municípios — foi aprovada ontem pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, em votações separadas. De acordo com a MP 789/17, o valor dos royalties terá alíquotas diferentes de acordo com o produto explorado, alcançando 3,5% do faturamento bruto da empresa no caso do minério de ferro. A medida vai agora para sanção do presidente Michel Temer.

Os deputados aprovaram ainda a MP 791/17, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), em substituição ao atual Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Os senadores, porém, não chegaram a votá-la ontem. A MP precisa ser apreciada e levada para a sanção presidencial até 28 de outubro. Caso isso não ocorra, perderá a validade.

“Precisamos criar convergência na divergência, essa é a arte da política. No começo, a ideia era colocar a Cfem em 4%, o dobro dos atuais 2%. Conseguimos fechar em 3,5% do faturamento bruto, o que foi um avanço. Atualmente, estados e municípios que sofrem consequências da atividade das mineradoras recebem cerca de R\$ 1,7 bilhão por ano. Com as mudanças, conseguiremos

dobrar esse valor. É muito justo”, explicou o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), relator da MP 789 na Câmara.

Após muita negociação, os deputados também aprovaram a MP 791, que cria a agência que vai fiscalizar as atividades das empresas do setor. Apenas um destaque, proposto pelo líder do PT, deputado Carlos Zarattini (SP), que prevê a criação de um mecanismo para observar as decisões da ANM e resguardar os direitos de seus trabalhadores, foi aceito. “A atividade de mineração no Brasil está cada vez mais monopolizada por empresas multinacionais, precisamos de controle”, disse o relator.

Outra medida provisória também foi colocada em discussão na Câmara, mas, para garantir acordo entre os líderes, foi retirada da pauta. Era a MP 790, que previa a alteração de 23 pontos do Código de Mineração, criado nos anos 1960 e atualizado pela última vez em 1996. Entre as principais mudanças estava a ampliação do tempo de pesquisa de lavra e o aumento de R\$ 2,5 milhões para R\$ 30 milhões do teto das multas cobradas no setor.

Mudanças

As medidas provisórias modificam regras antigas do setor de mineração. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) estimou o valor da produção nacional em 2017, excluídos petróleo e gás, em cerca de R\$ 25 bilhões — R\$ 1 bilhão a mais que no ano passado.

Na MP 789, a ideia é atualizar as alíquotas dos royalties do setor. O aumento da taxa se traduzirá em maior arrecadação de tributos pelos estados e municípios. A Agência Nacional de Mineração (ANM), que substituirá o atual Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), autarquia ligada ao MME, terá o papel de regular e fiscalizar o setor. Ela será sustentada com cobranças entre R\$ 500 e R\$ 5 mil das empresas. Com a aprovação das medidas, o governo federal espera atrair investidores para o setor, segundo o Palácio do Planalto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Indústria de petróleo e gás debate novas regras

Passados os dois leilões do pré-sal, cujo saldo foi considerado positivo pelo governo, tanto em termos de arrecadação presente e futura - R\$ 6,15 bilhões em bônus de assinatura e expectativa de obtenção de R\$ 600 bilhões, durante os 30 anos de produção nas áreas - quanto em participação de grandes

petroleiras globais (dez companhias), o setor já começa a discutir aperfeiçoamentos nas regras do mercado de petróleo e gás.

O ponto mais aguardado da agenda do setor é a proposta de acabar com o regime de partilha de produção, feita pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ainda na esfera legislativa, será discutido o projeto de lei apresentado pelo deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que prevê liberar a venda, pela Petrobras, de até 70% das reservas de 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) das áreas incluídas no contrato da cessão onerosa.

Além das discussões de ordem legal, há a expectativa no mercado com relação à aprovação, na Câmara, da MP 795, que trata da extensão do Repetro, regime aduaneiro especial do setor, para até o fim de 2040, a regulamentação do "waiver" (espécie de flexibilização) das exigências de conteúdo local de contratos de concessão existentes e a negociação entre Petrobras e União sobre o contrato da cessão onerosa.

Principal ponto da agenda, o fim do modelo de partilha é, em geral, interessante para o mercado, pois reduziria a complexidade dos contratos firmados com a União e eliminaria o papel da Pré-Sal Petróleo (PPSA) nos consórcios responsáveis pelo desenvolvimento das áreas do pré-sal. A expectativa, porém, é que a discussão no Congresso não terminará até a realização do próximo leilão do pré-sal.

No início do mês, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) marcou a 4ª rodada do pré-sal, sob o regime de partilha da produção, para 7 de junho de 2018. Serão ofertados os blocos de Três Marias, Dois Irmãos, Uirapuru, Saturno e Itaimbezinho, nas bacias de Campos e Santos.

"Provavelmente o leilão do pré-sal do ano que vem ainda será no regime de partilha. Mas vamos ter as discussões dos projetos no Congresso. Acho positiva a discussão sobre o fim do modelo de partilha", disse o economista Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

"Eu me surpreendi positivamente que [o fim da partilha] tenha sido colocado na pauta como algo de grande relevância, uma prioridade. Espero que seja aprovado ano que vem, antes das eleições. Isso seria muito bom para o setor", afirmou o advogado Giovani Loss, especialista em gás e sócio do escritório Mattos Filho.

No curto prazo, a maior preocupação da indústria é com relação à MP do Repetro, que precisa ser votada até meados de dezembro, para que não perca a validade. Também é muito aguardada para este ano ainda a publicação de resolução da ANP regulamentando o "waiver" para as exigências de conteúdo

local dos contratos de concessão. O documento estenderá para os contratos antigos os níveis mais flexíveis de nacionalização de bens e serviços aplicados a partir da 14ª rodada de licitações, em setembro deste ano.

"Essas medidas têm efeito na avaliação econômica dos projetos em andamento. Eventualmente, podem ser a diferença entre um projeto ser desenvolvido ou não", disse Loss. "O projeto só será desenvolvido se tiver sentido econômico. Incentivos como a solução para a questão do conteúdo local e a extensão do Repetro ajudariam para que os projetos se tornassem viáveis economicamente e fossem desenvolvidos."

A aprovação do Repetro e a regulamentação do "waiver" do conteúdo local também trarão segurança jurídica para a contratação de equipamentos. Na semana passada, o presidente da Shell no Brasil, André Araujo, sinalizou que a companhia aguarda o equacionamento desses dois itens para fechar o contrato da plataforma marítima de produção de óleo e gás (FPSO, na sigla em inglês) Libra 1, a primeira unidade de grande porte de produção de longo prazo no campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos.

"Espero que a gente consiga contratar logo e que os acionistas se sintam confortáveis para decidir sobre o investimento", disse Araujo, após palestra na Firjan, no Rio. "Temos alguns pontos importantes a serem resolvidos. O Repetro, temos a discussão de waiver. Estamos acompanhando bem esses andamentos. Isso ajuda os acionistas a decidirem. "

A Shell possui 20% de participação em Libra. Os demais sócios são Petrobras (operadora, com 40%), Total (20%), CNPC (10%) e CNOOC (10%). Leiloado no primeiro leilão do pré-sal, Libra é o primeiro campo a ser desenvolvido sob o regime de partilha. Enquanto a contratação de Libra 1 permanece indefinida, o consórcio prevê extrair o primeiro óleo de Libra nas próximas semanas, a partir da unidade que fará o Teste de Longa Duração (TLD) do campo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa e Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Congresso aprova MP dos royalties da mineração

O Congresso aprovou ontem a medida provisória que altera os royalties da mineração. A matéria, que havia sido apreciada pela Câmara no início da madrugada, foi referendada no Senado em menos de 18 horas e segue à sanção presidencial. O texto, votado de forma simbólica em ambas as casas, aumenta a alíquota do minério de ferro de 2% sobre a receita líquida para 3,5% do faturamento bruto da empresa, que inclui também gastos com frete e seguros.

O percentual foi fixado após pressão da Vale, maior mineradora do país, e articulação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A versão original do relatório do deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) era elevar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) para o minério de ferro a 4%, mas um acordo entre os partidos da base reduziu o valor para evitar que a MP perdesse a validade. "É aquela velha máxima de que o ótimo é inimigo do bom: o acordo se deu em torno da alíquota de 3,5%", disse Aécio Neves (PSDB-MG), relator da matéria no plenário do Senado.

Outros parlamentares de Estados mineradores também comemoraram a aprovação. "Como representante do Pará, eu tinha a obrigação de vir fazer esta pequena intervenção", disse na tribuna o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). "Eu venho porque isso faz bem ao meu Estado; isso repara imensas injustiças que o meu Estado vivenciou ao longo do tempo."

O governo defendia um modelo diferente, em que o royalty variaria de 2% a 4%, segundo a cotação internacional do ferro, principal minério exportado pelo Brasil. Com apoio dos prefeitos, que queriam uma regra mais previsível e arrecadação maior, Pestana estabeleceu uma alíquota fixa, com a possibilidade de ser reduzida a 2% apenas para minas que justifiquem ter "baixo desempenho". As mais produtivas não teriam o benefício.

A Vale defendeu junto aos deputados que o aumento do percentual dos royalties a prejudicará frente a outras mineradoras internacionais por causa do "custo-Brasil" e de outros tributos, como o Imposto de Renda, que seria mais alto que em outros países. Pestana, contudo, insistiu na elevação, dizendo que os royalties brasileiros são os menores do mundo. "O royalty não é tributo. É uma compensação para a extração de um bem que vai e não volta", afirmou.

Para conquistar apoio à alíquota maior do ferro, Pestana promoveu uma redistribuição dos recursos arrecadados com a Cfem, que passarão a ser divididos com municípios afetados indiretamente pela mineração, como cortados por ferrovias ou com portos. Essas cidades terão 15% da arrecadação com royalties.

Os Estados foram os que mais perderam e tiveram sua parcela reduzida de 23% para 15%. A fatia do governo federal cairá de 12% para 10%, e os municípios mineradores terão 60% (era 65%). Como deve ocorrer um aumento generalizado nos royalties depois da aprovação da MP pelo Congresso, isso seria compensado, disse o relator.

A estimativa do Ministério da Fazenda era ampliar a arrecadação de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 3,3 bilhões com a versão inicial da MP. Esse valor ainda não foi revisto.

O acordo costurado para aprovar o projeto envolveu ainda aumentar a alíquota do ouro de 1% para 1,5% e reduzir a dos fertilizantes para 0,2%. A Cfem varia de acordo com o minério, sendo de 2% na maioria dos casos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobrás vende Azulão

A Petrobras informou ontem à noite que vendeu a totalidade de sua participação no campo de Azulão, no Estado do Amazonas, para a Eneva, empresa do grupo alemão E.ON que atua em geração, venda e logística de energia elétrica. O valor total da transação é de US\$ 54,5 milhões (R\$ 177 milhões) e será pago na data do fechamento da operação, segundo informação em fato relevante à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O negócio venda faz parte do programa de desinvestimentos da Petrobras para o biênio 2017/2018. A negociação ainda precisa ser aprovada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O campo de Azulão fica a cerca de 290 km a leste de Manaus.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Hotéis reduzem custos com eletricidade no mercado livre

O segmento de hotelaria tem obtido economia média de despesas com energia elétrica superior a 20%, após a migração do mercado cativo, no qual os clientes são obrigados a contratar o fornecimento das distribuidoras, para o livre. As estimativas são da consultoria Thymos Energia. "Neste ano até agosto, migraram mais de 20 hotéis, somando 73 ao todo [no mercado livre]", disse Samy Grynwald, gerente da Thymos Energia.

Um dos casos é o da rede de hotéis Deville, que administra nove empreendimentos em seis Estados e obteve economia com despesas de energia de 31,3%, ou R\$ 2,4 milhões, em um ano, após ter migrado para o ambiente de livre negociação. Com a medida, a energia elétrica deixou de ser o segundo maior custo do grupo, atrás da folha de pagamentos, para assumir a terceira posição, superada pelos gastos com alimentos e bebidas.

"A economia hoje superou todas as nossas expectativas", afirmou o gerente de manutenção e patrimônio da rede hoteleira, Alan Nogueira Santos, que acrescentou que a previsão da empresa era reduzir em 24% a conta de energia. Os gastos com energia consumiam 5,5% do faturamento do grupo. Um ano após a migração, essa parcela recuou para 1,7%.

De acordo com ele, a companhia decidiu ingressar no mercado livre de energia na segunda metade de 2015, mas a migração ocorreu mesmo em julho de 2016. Na ocasião a empresa contratou a comercializadora Tradener para o gerenciamento do processo e fechou contrato de quatro anos com o grupo CPFL Energia.

Pelo contrato, o custo da energia para a Deville está em torno de R\$ 171 por megawatt-hora (MWh), nos submercados Nordeste e Sudeste, e de R\$ 168/MWh, no submercado Sul. Nos últimos meses, a companhia registrou sobra em relação ao volume contratado e liquidou esse excedente no mercado de curto prazo ao preço de liquidação das diferenças (PLD), em torno de R\$ 500 MWh.

"Foi o momento certo [para migrarmos]. Conseguimos contratar energia com um preço razoável e, com tudo o que aconteceu no mercado, para nós foi um sucesso, além da pegada de sustentabilidade, de estarmos consumindo energia mais limpa", disse o gerente, destacando que a rede de hotéis se enquadrou na classe de "consumidor especial", com demanda mínima de 500 quilowatts (kW) e que adquire energia de fontes renováveis complementares (biomassa, eólica, solar e pequena central hidrelétrica).

"Estamos muito satisfeitos. Esse primeiro ano já superou nossas expectativas. Acho que este segundo ano vai ser melhor", afirmou. Ele acrescentou que, em 2017, a economia está em 29,8% (R\$ 1,791 milhão), em relação a 2016.

Segundo Santos, o investimento feito pela rede de hotéis para migrar para o mercado livre, entre adequações em subestações e multas contratuais com as distribuidoras, da ordem de R\$ 470 mil, se pagou em menos de três meses.

Segundo a Thymos Energia, outros dois setores que têm se destacado no mercado livre são o de comércio e de telecomunicações, cujo volume de energia consumida em agosto subiu 78,9% e 71,8%, respectivamente, em relação a igual período de 2016. O saldo, informou a consultoria, foi motivado principalmente pelas migrações do mercado cativo para o livre.

O número elevado de migrações nos últimos anos tem ampliado o volume de negócios no mercado livre. O movimento tem sido observado pela BBCE,

plataforma eletrônica de leilão contínuo para comercialização de energia, que ultrapassou a marca de 20 mil megawatts (MW) negociados no ano.

O resultado foi obtido após a contabilização dos números de outubro, quando foram negociados 3.450 MW, a partir de 2.096 contratos, com uma movimentação de R\$ 922 milhões.

Segundo o presidente da BBCE, Victor Kodja, no ano, a plataforma registra volume financeiro movimentado de R\$ 11,5 bilhões, a partir de 9.904 contratos e total de energia negociada de 20.205 MW.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Usiminas pretende melhorar termos da dívida em 2019

Passada a pior crise financeira de sua história, na qual quase foi obrigada a entrar em recuperação judicial no início de 2016, a Usiminas já mostra fôlego, inclusive, para pensar em termos melhores do que os fechados com credores na época da renegociação das dívidas. A empresa avalia que a partir de 2019 já pode pensar em reduzir o custo de capital.

No momento, Sérgio Leite, presidente, classifica a situação como "normalizada". Em evento da Apimec, ontem, o executivo lembrou que a empresa finalmente voltou a pensar em ações de longo prazo, após ficar quase três anos sem fazer planejamentos estratégicos. "Nosso foco é reposicionar a Usiminas como referência nacional e mundial", disse.

No mesmo evento, Ronald Seckelmann, vice-presidente financeiro, afirmou que esse processo, desde a reestruturação da dívida, passou também por enxugar a estrutura de custos. Para ele, hoje as margens da Usiminas estão entre as maiores do setor no mundo. Em 2017, a prioridade financeira será avançar no processo de redução da alavancagem - que já voltou aos níveis pré-crise. A partir de 2019, porém, a Usiminas poderá começar a trabalhar com a chamada "gestão de passivos".

"Quando renegociamos a dívida com os bancos, era um momento muito delicado não só para nós como para o mercado financeiro e, por isso, os termos não são tão positivos quanto poderiam", explicou Seckelmann. "Agora, para conseguir trocar essas obrigações ou fazer uma repactuação com os bancos, precisamos atingir algumas metas. Acredito que poderemos a partir de 2019", acrescentou.

O executivo ainda revelou que no longo prazo a Usiminas pretende voltar a ser uma pagadora de dividendos mais relevantes a seus acionistas, mas que a situação recente ainda não permite desembolsos maiores. No ano que vem, por exemplo, se houver algum pagamento de provento, será apenas o mínimo possível do lucro registrado neste ano.

Por outro lado, sem perspectiva de retomada consistente de investimentos e com o setor de petróleo e gás ainda praticamente parado, não há projeção, ao menos até o médio prazo, de recuperação no consumo brasileiro de chapas grossas, disse Leite. Por muito tempo, a siderúrgica foi a principal produtora nacional desse tipo de aço, mas recentemente ganhou a concorrência da Gerdau. Em alguns projetos novos que surgiram, perdeu o contrato para o aço importado.

Seckelmann ressaltou que atualmente a margem de vendas da chapa grossa é menor do que a da bobina a quente, quase uma commodity no mercado de aço. O senso comum é de que produtos com maior valor agregado garantem maior rentabilidade.

Sobre preço, o presidente da Usiminas afirmou que espera um ponto final na negociação com as montadoras para o contrato de fornecimento de 2018 durante a segunda quinzena de dezembro. A siderúrgica pede reajuste de 25%. Em geral, as conversas sobre esse assunto com o setor automotivo são as mais difíceis.

Daqui para frente, acrescentou Leite, o preço do aço destinado à distribuição provavelmente ficará estável. Para a indústria, excluindo as montadoras, ainda há um aumento residual a ser aplicado, afirmou, dado que em geral a tabela de preços muda de seis em seis meses - e ainda não acompanhou totalmente as altas às distribuidoras.

Segundo o executivo, o nível ideal de participação da importação no consumo de aços planos no Brasil é de 5% a 10%. No acumulado do ano, a penetração encontra-se em 13%. Sobre o caso de antidumping contra laminados a quente de China e Rússia, ele espera que em 60 dias haja uma resolução.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Minério de ferro desafia mercado e passa de US\$ 65

Após conseguir se sustentar em patamares mais elevados do que o mercado esperava nas últimas semanas, o minério de ferro ganhou fôlego renovado. Os

preços do produto com teor médio de 62% de ferro entre no porto chinês de Qingdao subiram 4,27% ontem e fecharam em US\$ 65,17 a tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin".

Esse é o maior valor da commodity desde 21 de setembro e já representa valorização de 11,36% durante este mês. No ano, contudo, a queda ainda é de 17,37%. Como em outubro houve recuo de 5,7%, a cotação média do quarto trimestre até agora continua baixa, em US\$ 61,76 - 13,5% abaixo do terceiro trimestre e queda de 12,4% em comparação anual.

Para a consultoria Capital Economics, os preços ainda devem cair nos próximos meses, pressionados não apenas pelo enfraquecimento da construção civil e pela desaceleração da economia na China, como também pelas paradas programadas na produção siderúrgica do país asiático.

Os fechamentos de produção - a pedido do governo por questões ambientais - vão remover cerca de 30 milhões de toneladas de produção de aço do mercado, 3% da produção chinesa anual, com produtores de aço menores e menos eficientes provavelmente mais afetados, aponta.

Ontem, a Worldsteel Association, que acompanha o mercado siderúrgico em 66 países, informou que a produção continuou forte na China em outubro mesmo com as paradas. Foram 72,4 milhões de toneladas, 6,1% a mais do que no mesmo período do ano passado.

"No papel, a produção já deveria começar a cair substancialmente nos próximos meses. Mas como os preços do aço seguem elevados, acreditamos que as produtoras chinesas que não foram fechadas estão acelerando sua operação para conseguir se aproveitar [das boas margens]", diz a Capital Economics.

A consultoria lembra que o recuo na cotação do minério já era esperado mesmo sem as paradas, por conta das restrições do setor de construção chinês, devido ao aumento de dificuldade na oferta de crédito. "Pensamos que já existem sinais claros de que a economia chinesa está desacelerando e os níveis atuais de demanda e produção de aço provavelmente não serão mantidos, mesmo sem a influência do governo." **(Colaborou Renato Rostás)**

MME / ASCOM .